

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas da
Lux Energy Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Lux Energy Participações S.A. ("Companhia ou Lux Participações"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativa.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lux Energy Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 30 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thalys Augusto Martins Barbosa', is written over the BDO logo.

Thalis Augusto Martins Barbosa
Contador CRC 1 GO 023147/O-0 – S - SP

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	1	37.865	28.714	Fornecedores	8	-	-	143.424	157.966
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	-	-	136.670	155.633	Obrigações trabalhistas	-	-	-	53	54
Impostos a recuperar	-	1	-	1.613	1.357	Obrigações tributárias	-	1	-	1.326	170
Outras contas a receber	-	50	50	2.378	102	Outras contas a pagar	-	-	-	6.409	337
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	16	-	-	186.678	104.203	Instrumentos financeiros (contratos futuros)	16	-	-	177.699	105.919
Total circulante		51	51	365.204	290.009	Total circulante		1	-	328.911	264.446
Não circulante						Não circulante					
Ativos diferidos	11.b	-	-	2.819	-	Partes Relacionadas	12	380	492	-	-
Instrumentos financeiros (contratos futuros)	16	-	-	144.232	13.649	Instrumentos financeiros (contratos futuros)	16	-	-	146.084	7.697
Investimentos	6	39.027	32.672	1.150	1.150	Tributos diferidos	11.b	-	-	-	894
Imobilizado	7	-	-	349	495	Total não circulante		380	492	146.084	8.591
		39.027	32.672	148.550	15.294						
Total do ativo						Patrimônio líquido					
						Capital social	10.1	25.865	23.971	25.865	23.971
						Reserva legal	10.2	-	681	-	681
						Reservas de lucros	10.2	-	6.291	-	6.291
						Adiamentos futuros de aumento de capital	10.1	12.832	1.288	12.832	1.288
								38.697	32.231	38.697	32.231
						Participação dos não controladores		-	-	62	35
						Total do passivo e patrimônio líquido		39.078	32.723	513.754	305.303
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	13	-	-	1.206.656	863.291
Custo de energia comprada	14	-	-	(1.197.148)	(855.462)
Valor justo dos contratos futuros de energia	16	-	-	2.890	(5.033)
Lucro bruto		-	-	12.398	2.796
Receitas/(despesas) operacionais					
Gerais, comerciais e administrativas	14	-	-	(8.680)	(4.230)
Equivalência patrimonial	7	9.001	3.917	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	14	236	130	212	113
		9.237	4.047	(8.468)	(4.117)
financeiras, líquidas		9.237	4.047	3.930	(1.321)
Resultado financeiro líquido	15	7	(2)	2.765	2.170
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		9.244	4.045	6.695	849
IR e CSLL corrente	11.a	(2)	-	(635)	(62)
IR e CSLL diferido	11.b	-	-	3.318	3.416
Lucro líquido do exercício		9.242	4.045	9.378	4.203
Lucro atribuído aos controladores				9.242	4.045
Lucro atribuído aos não controladores				136	158

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.242	4.045	9.378	4.203
Total do resultado abrangente do exercício	9.242	4.045	9.378	4.203
Lucro atribuído aos controladores			9.242	4.045
Lucro atribuído aos não controladores			136	158

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Adiamentos futuros de aumento de capital	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.971	479	2.705	-	-	27.155	4	27.159
AFAC	-	-	-	-	1.288	1.288	-	1.288
Resultado líquido do exercício	-	-	-	4.045	-	4.045	158	4.203
Distribuição de dividendos	-	-	-	(257)	-	(257)	(127)	(384)
Destinação do lucro	-	202	3.586	(3.788)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	23.971	681	6.291	-	1.288	32.231	35	32.266
AFAC / Integralização de capital	1.894	-	-	-	11.544	13.438	-	13.438
Resultado líquido do exercício	-	-	-	9.242	-	9.242	136	9.378
Distribuição de dividendos	-	(681)	(6.291)	(9.242)	-	(16.214)	(109)	(16.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	25.865	-	-	-	12.832	38.697	62	38.759

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	9.242	4.045	9.378	4.203
Ajustes que não afetam o caixa				
Tributos diferidos	-	-	(3.713)	(2.804)
Depreciação	-	-	230	223
Instrumentos Financeiros	-	-	(2.891)	5.035
Equivalência	(9.001)	(4.046)	-	-
Baixa de imobilizado	-	-	-	22
	<u>241</u>	<u>(1)</u>	<u>3.004</u>	<u>6.679</u>
Decréscimo/(acrécimo) nas contas de ativo				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	18.963	(128.369)
Impostos a recuperar	(1)	-	(256)	(293)
Outras contas a receber	-	-	(2.276)	(26)
Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	-	-	(14.542)	129.938
Obrigações trabalhistas	-	-	(1)	(11)
Obrigações tributárias	1	-	1.156	77
Outras contas a pagar	(112)	-	6.072	158
Caixa gerado das/(usado nas) atividades operacionais	<u>129</u>	<u>(1)</u>	<u>12.120</u>	<u>8.153</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte em controladas e coligadas	(13.444)	(1.288)	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(84)	(69)
Dividendos recebidos	16.090	256	-	-
Caixa usado nas atividades de investimento	<u>2.646</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(84)</u>	<u>(69)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Mútuo com partes relacionadas	-	1	-	-
Aumento do capital social	13.438	1.288	13.438	1.288
Distribuição de Dividendos	(16.214)	(257)	(16.323)	(384)
Caixa gerado das/(usado nas) atividades de financiamento	<u>(2.776)</u>	<u>1.032</u>	<u>(2.885)</u>	<u>904</u>
(Decréscimo)/acrécimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>9.151</u>	<u>8.988</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	2	28.714	19.726
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	1	37.865	28.714
(Decréscimo)/acrécimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>9.151</u>	<u>8.988</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Lux Energy Participações S.A. é uma sociedade por ações regido pelo presente Estatuto Social, pela Lei n. 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. A sede da Companhia está localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, 411, Vila Olímpia, CEP 04551-060, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação dos acionistas.

A Companhia tem por objeto:

- A Companhia tem por objetivo social a participação no capital de outras sociedades empresariais ou não empresariais, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou exterior.

Companhia	Tipo	Principal atividade	Participações
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	Controlada	Comercialização de energia elétrica	99,98%
LXC Energia s.a.	Controlada	Comercialização de energia elétrica	99,98%
LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.	Controlada	Comercialização de energia elétrica	100,00%
Lux Geração Ltda.	Controlada	construção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	50,00%

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 30 de abril de 2026. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 5 - Provisão de estimativa para credores de liquidação duvidosa para consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota nº 9 - Provisão para contingência;
- Nota nº 16 - Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros.

e) Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Instrumentos financeiros Ativo financeiro

a) Classificação ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJR"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJORA").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.2. Caixas e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.3. Consumidores, concessionárias e permissionárias.

Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores livres, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.4. Fornecedores de energia

Incluem a compra de energia elétrica faturados para a Companhia e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizado pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros.

3.5. Instrumentos financeiros (Valor justos dos contratos futuros de energia)

A Companhia tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Companhia tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Essas operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/ CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento, (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade, (iv) preços futuros dos sub-mercados de energia (Sudeste e Centro-Oeste, Sul, Norte e Nordeste),

(v) tipo de fonte de energia (Convencional ou Incentivada), (vi) tendência hidrológica, entre outros. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis de uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado. Os impostos diferidos, advindos do ajuste de avaliação patrimonial quando aplicável são reconhecidos no patrimônio líquido. Os demais impostos diferidos são reconhecidos no resultado, quando constituídos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

3.9. Reconhecimento de receita e custo de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados:

(i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Companhia.

A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

3.10. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

(i) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não- controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data da aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.11. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.12. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

a) Alterações na Norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;
- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação;
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na Norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- i. Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- ii. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- iii. Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- iv. IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.
- v. Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- vi. As normas tratam de divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade e ao clima. Até a data de autorização destas de IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.14. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

O novo modelo prevê a substituição gradual dos tributos PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI por:

A Administração avaliou os potenciais impactos da referida legislação e, com base nas informações disponíveis até a data-base de 31 de dezembro de 2025, não identificou efeitos relevantes nas premissas utilizadas para mensuração de ativos e passivos, incluindo provisões, ativos fiscais e estimativas contábeis relevantes:

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal;
- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal;
- Imposto Seletivo (IS).

A implementação ocorrerá de forma faseada a partir de 2026, com início de vigência plena a partir de 2027.

Avaliação de impacto

A Entidade avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 para a data-base de A Administração avaliou os potenciais impactos da referida legislação e, com base nas informações disponíveis até a data-base de 31 de dezembro de 2025, não identificou efeitos relevantes nas premissas utilizadas para mensuração de ativos e passivos, incluindo provisões, ativos fiscais e estimativas contábeis relevantes.

Adicionalmente, não foram identificadas mudanças que impactem, de forma relevante, o modelo de negócios ou a forma de utilização dos ativos da Companhia, embora os efeitos futuros sobre fluxos de caixa e resultados dependam da evolução da regulamentação e da dinâmica do setor.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Banco conta movimento	-	1	19	35
Aplicações financeiras (a)	-	-	37.846	28.679
Total	-	1	37.865	28.714

a) As aplicações financeiras referem-se a operações de renda fixa e de acordo com os contratos firmados pela Companhia e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente. As aplicações remuneram uma taxa média de 100% do CDI.

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Faturadas	-	-	534	33.481
Não faturadas	-	-	136.136	122.152
Total	-	-	136.670	155.633

Os saldos dos itens não faturados e provisionados é composto pelas provisões de vendas de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no ambiente de contratação livre (ACL), cujo contrato de energia foi celebrado até 31 de dezembro de 2025 e faturado por meio da emissão da nota fiscal no mês subsequente.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia títulos vencidos de clientes e o prazo de vencimento não excedia a 30 dias da data base.

6. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	35.453	29.141	-	-
LXC Energia s.a.	642	783	-	-
LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.	2.876	2.718	-	-
Lux Geração Ltda.	56	30	-	-
BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	-	-	1.150	1.150
	39.027	32.672	1.150	1.150

	Controladora				Consolidado	
	2024	Aporte de capital	Resultado Equivalência	Dividendos Recebidos	2025	2025
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	29.141	13.444	(3.592)	(3.540)	35.453	-
LXC Energia s.a.	783	-	(141)	-	642	-
LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.	2.718	-	12.597	(12.439)	2.876	-
Lux Geração Ltda.	30	-	137	(111)	56	-
BBCE – Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	-	-	-	-	-	1.150
	32.672	13.444	9.001	(16.090)	39.027	1.150

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora				Consolidado
		Aporte de	Resultado	Dividendos	
	2023	capital	Equivalênci a	Recebidos	2024
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	24.155	1.288	3.698	-	29.141
LXC Energia s.a.	810	-	(27)	-	783
LUX Varejo comercializadora de energia Ltda.	2.629	-	89	-	2.718
Lux Geração Ltda.	-	-	158	(128)	30
BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia	-	-	-	-	-
	<u>27.594</u>	<u>1.288</u>	<u>3.918</u>	<u>(128)</u>	<u>32.672</u>
					<u>1.150</u>

7. Imobilizado

	Consolidado				
	2025				2024
	Taxa a.a.	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	239	(104)	135	163
Máquinas e Equipamentos	10%	-	-	-	-
Benfeitorias	20%	481	(454)	27	167
Computadores e Periféricos	20%	322	(135)	187	165
		<u>1.042</u>	<u>(693)</u>	<u>349</u>	<u>495</u>

	Consolidado				
	2024	2025			
	Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	163	9	-	(37)	135
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-
Benfeitorias	167	-	-	(140)	27
Computadores e Periféricos	165	75	-	(53)	187
	<u>495</u>	<u>84</u>	<u>-</u>	<u>(230)</u>	<u>349</u>

	Consolidado				
	2023	2024			
	Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	192	5	-	(34)	163
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-
Benfeitorias	318	-	(13)	(138)	167
Computadores e Periféricos	161	64	(9)	(51)	165
	<u>671</u>	<u>69</u>	<u>(22)</u>	<u>(223)</u>	<u>495</u>

8. Fornecedor

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Suprimento de energia	-	-	16.580	51.653
Não faturadas	-	-	126.844	106.313
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143.424</u>	<u>157.966</u>

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos dos itens de provisão em 31 de dezembro de 2025 são compostos por provisões de compra de energia de contratos de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia convencional e incentivada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), cujo contrato de compra e o consumo de energia, ocorreram até 31 de dezembro de 2025 e com recebimento da fatura de pagamento no mês subsequente.

9. Provisão para demandas judiciais

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui processos contingentes que necessitem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 25.865 (R\$23.971 em 2024), composto por 25.865.438 (23.970.778 em 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com direito a voto e prioridade no recebimento de dividendos.

A composição acionária é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Capital Social(R\$)	%
Maximus Consultoria Empresarial E Participações Ltda.	11.962.764	11.963	46%
Brito Cunha Participações E Investimentos	11.962.764	11.963	46%
Elf Nunes Participações Ltda	646.637	647	3%
André Nonaka	1.034.618	1.035	4%
Letícia Monteiro Dastre	258.655	259	1%
Total	25.865.438	25.865	100%

Aumento de capital

Em 13 de novembro de 2025, Houve um aumento de capital no valor de R\$1.894,composto por 1.894.660 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, passando de R\$ 23.970 para R\$ 25.865, representado por 25.865.438 (vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, quatrocentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reserva de lucros

	2025	2024
Reserva legal (i)	-	681
Reserva de retenção de lucro (ii)	-	6.291
Total das reservas de lucros	-	6.972

(i) Reserva legal: constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social;

(ii) Reserva de retenção de lucros se destina a atender a investimentos futuros.

b) Dividendos

A destinação do lucro líquido do exercício está prevista no Estatuto Social da Companhia.

Foram pagos dividendos intermediários do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, assim como destinação do excesso para a reserva de retenção de lucros.

Destinação dos lucros	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.242	4.045
Constituição de reserva legal	681	(202)
	<u>9.923</u>	<u>3.843</u>
Pagamento de dividendos	(16.214)	(257)
Reversão (Constituição) da reserva de lucro	6.291	(3.586)
	<u>-</u>	<u>-</u>

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

(i) Conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social Lucro real

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social em 31 de dezembro de 2024 foi constituída com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

A conciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Resultado do exercício antes do IR & CS	6.695	449
Adições - Outros	-	1.887
Exclusões - Outros	(7.111)	(4.870)
Compensação	(1.451)	(16)
Base tributável	<u>(1.867)</u>	<u>(2.550)</u>
Imposto de Renda - 15%	(280)	(40)
Adicional do Imposto de Renda - 10%	(187)	-
Contribuição social - 9%	(168)	(22)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	<u>(635)</u>	<u>(62)</u>

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2025
Provisão de Venda de Energia	136.136
Provisão de Compra de Energia	(126.844)
(-) PIS e COFINS diferidos	(860)
Diferenças temporárias	8.433
Imposto de Renda - 25%	(2.108)
Contribuição social - 9%	(759)
Total do passivo fiscal diferido	(3.727)
	2025
Crédito Recuperação Judicial	2.272
Pis e COFINS	(210)
Imposto de Renda - 25%	(516)
Contribuição social - 9%	(186)
Total do ativo fiscal diferido	(911)
Diferenças temporárias crédito recuperação judicial	(911)
Passivo fiscal diferido	(4.638)
Ativo fiscal diferido s/ prejuízo fiscal	7.457
Total do ativo fiscal diferido	7.457
Líquido ativo/passivo fiscal diferido	2.819

12. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
LUX Energy comercializadora de energia Ltda.	492	492	-	-
Total	491	492	-	-

13. Receitas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita revenda de energia elétrica	-	-	1.318.195	956.380
Receita de serviços prestados	-	-	281	319
(-) Impostos incidentes sobre receitas	-	-	(111.820)	(92.292)
(-) Devoluções e cancelamentos	-	-	-	(1.116)
Total	-	-	1.206.656	863.291

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Compra de energia elétrica	-	-	(1.197.148)	(855.462)
Pessoal, e administradores	-	-	(1.014)	(702)
Serviços de terceiros	-	-	(5.750)	(2.376)
Associação de classe e outras taxas	-	-	(507)	(414)
Aluguéis de prédios locados de PJ	-	-	(813)	(622)
Depreciação e amortização	-	-	(230)	(238)
Outros	236	130	(154)	235
Total	236	130	(1.205.616)	(859.579)
Custo de energia comprada	-	-	(1.197.148)	(855.462)
Gerais, comerciais e administrativas	-	-	(8.680)	(4.230)
Outras receitas e despesas operacionais	236	130	212	113
	236	130	(1.205.616)	(859.579)

15. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Rendimento de Aplicação	8	-	1.058	948
Juros	-	-	22	11
Outras receitas financeiras	-	-	1.746	1.238
	8	-	2.826	2.197
(-) Despesas Financeiras	-	-	(4)	(1)
(-) Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
(-) Despesas Bancárias	(1)	(2)	(57)	(26)
	(1)	(2)	(61)	(27)
Resultado Financeiro Líquido	7	(2)	2.765	2.170

16. Valor justo dos contratos de energia

Como descrito na Nota Explicativa nº 3.5, a Companhia por meio de sua controlada, opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes:

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	2025	2024
Ganho temporário - circulante	186.678	104.203
Ganho temporário - não circulante	144.232	13.649
Perda temporária - circulante	(177.699)	(105.919)
Perda temporária - não circulante	(146.084)	(7.697)
Resultado líquido da operação	7.127	4.236
Volume de energia (Venda) MWh	7.251.439	3.000.899
Volume de energia (Compra) MWh	6.561.039	2.812.950
Exposição líquida: long MWh	(690.400)	(187.949)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2030.

O valor justo dos contratos de energia estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O valor justo dos contratos de energia, já estão líquidos da taxa média de desconto no fluxo 3,9% em 31 de dezembro de 2025 e dos impostos de Pis/COFINS (alíquota de 9,25%).

17. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com suas obrigações nos prazos estabelecidos. A Empresa mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras, e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

	Até 01 ano	Até 02 anos	Até 03 anos	Acima de 04 anos	Total
Fornecedores	16.580	-	-	-	16.580
	16.580	-	-	-	16.580

Risco de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito pela análise financeira criteriosa considerando o ambiente econômico atual, vínculo de liquidação na CCEE, reputação e conhecimento técnico dos sócios.

Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos, isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte. A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos nocivos para a contraparte afetada:

- Exposição adicional ao risco de mercado, dada a substituição do contrato não adimplido por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela;
- Crise de confiança, limitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em Companhias de pequeno porte;
- Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posições.

Para mitigar esses riscos a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de cartas de fiança, seguro garantia, caução, reputação e conhecimento técnico dos sócios. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a Companhia detentora da posição, fazem reduzir seu o valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Companhia. A Companhia considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR “Value at Risk”, análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição energética em MWh

Ano	Compra	Venda	Exposição (Short)/Long
2026	2.959.297	3.278.378	(319.080)
2027 a 2030	3.601.741	3.973.061	(371.320)

b) Instrumentos financeiros (contratos futuros)

Como descrito na nota explicativa nº 3.5, a Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo.

O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data base 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem contratos futuros de energia com vencimento até o exercício findo de 2031.

c) Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros (contratos futuros)	2025	2024
Ganho temporário - circulante	186.678	104.203
Ganho temporário - não circulante	144.232	13.649
Perda temporária - circulante	(177.699)	(105.919)
Perda temporária - não circulante	(146.084)	(7.697)
Resultado líquido da operação	<u>7.127</u>	<u>4.236</u>
Volume de energia (Venda) MWh	7.251.439	3.000.899
Volume de energia (Compra) MWh	<u>6.561.039</u>	<u>2.812.950</u>
Exposição líquida: long MWh	<u>(690.400)</u>	<u>(187.949)</u>

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Conforme mencionado na nota 3.5, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação do preço da energia e taxa de juros.

Devido a ampla volatilidade dos preços de energia, a Companhia adota a análise de possíveis cenários com o impacto no preço para antecipar potenciais perturbações em seu portfólio de contratos a termo e definir ações necessárias a proteção de seu resultado.

Desta forma, através do Stress Test, no qual foi aplicado o VaR 95% e o VaR 99% para todo o período de avaliação do portfólio, obteve-se ao longo de 2025 um VaR médio ponderado de:

	VaR (R\$ MM)
VaR 95%	(8,57)
Var 99% (Stress Test)	(11,41)

Essa análise sensibilidade capturada pela metodologia de VaR da Companhia, dado a volatilidade histórica do mercado e correlação entre os produtos, apresenta maior variação de preço no curto prazo dado sua grande correlação com variáveis mais incertas como hidrologia e carga, e menor variação no longo prazo devido sua baixa correlação com essas variáveis e maior correlação com a dinâmica de oferta e demanda de energia.

- VaR - O VaR é a avaliação do potencial máximo de perda (ou pior perda) a um intervalo de confiança especificado (α é nível de confiança) que um investidor estaria exposto dentro de um horizonte de tempo considerado. O VaR pode ser traduzido como a quantia em que as perdas não se excederão em $(1-\alpha)$ % dos cenários. A Companhia utiliza um espaço de confiança de 95%. Um VaR (95%) indica que existem 5 chances em 100 de que o prejuízo seja maior do que o indicado pelo VaR no prazo para o qual foi calculado;

Análise de sensibilidade sobre as operações com taxa de juros

A Companhia realizou uma análise com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis da taxa de juros:

- (i) Cenário I: baseado em premissas macroeconômicas obtidas no mercado para 31 de dezembro de 2024 (CDI em 13,75% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução/elevação dos índices em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução/elevação dos índices em 50%.

LUX ENERGY PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumento	Indexador	Exposição	Cenário 1	Redução de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
Ativos aplicações	CDI	37.846	43.050	41.749	40.448	44.351	45.652